Publicação Observatório Findes
Nº 56 | Novembro de 2025

MERCADO DE TRABALHO

Observatório FINDES

Conjuntura Econômica

Os dados desta nota são originados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE.

Espírito Santo mantém a taxa de desocupação no menor patamar da série histórica, marcando 2,6% no 3º trimestre de 2025

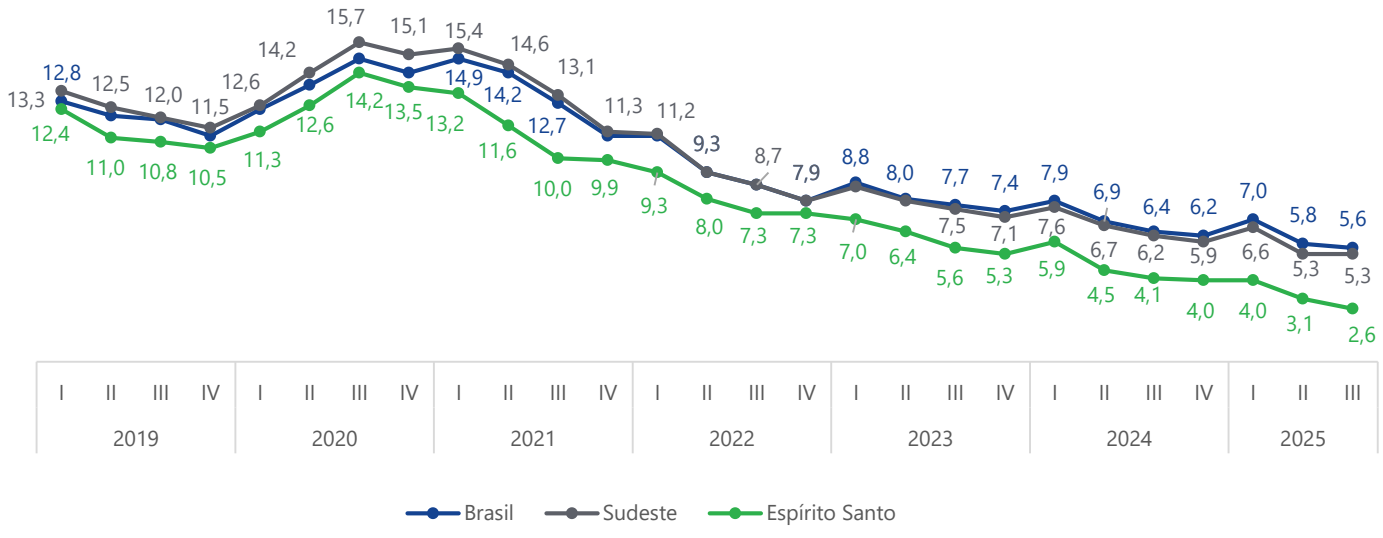
Em 14 de novembro, o IBGE divulgou os resultados da Pnad Contínua referentes ao 3º trimestre de 2025, apresentando dados detalhados sobre o mercado de trabalho brasileiro no período.

DESOCUPAÇÃO

No 3º trimestre de 2025, o Espírito Santo registrou uma taxa de desocupação de 2,6%, mantendo, pelo segundo trimestre consecutivo no ano, o menor nível da série histórica da Pnad Contínua iniciada em 2012. O resultado representa queda de 1,5 ponto percentual em relação ao mesmo trimestre de 2024. Frente ao trimestre anterior, quando a taxa havia sido de 3,1%, houve redução de 0,5 p.p., embora o IBGE considere o indicador estatisticamente estável nesse comparativo.

Além disso, o Espírito Santo também manteve uma taxa de desocupação abaixo da média nacional (5,6%) e da região Sudeste (5,3%) no 3º trimestre. Com isso, passou a ocupar a 3ª menor taxa entre os estados e seguiu com o menor indicador do Sudeste. Cabe destacar que, no mesmo período, o Brasil também alcançou o menor nível da série histórica, com queda de 0,2 p.p. em relação ao trimestre anterior e de 0,8 p.p. frente ao mesmo período de 2024 no indicador de desemprego. No país, as maiores taxas foram observadas em Pernambuco (10,0%), Amapá (8,7%) e Bahia (8,5%), enquanto Santa Catarina e Mato Grosso (ambos com 2,3%) e Rondônia (2,6%) registraram os menores percentuais.

Gráfico 1 – Trajetória da taxa de desocupação (%) - Espírito Santo, Região Sudeste e Brasil



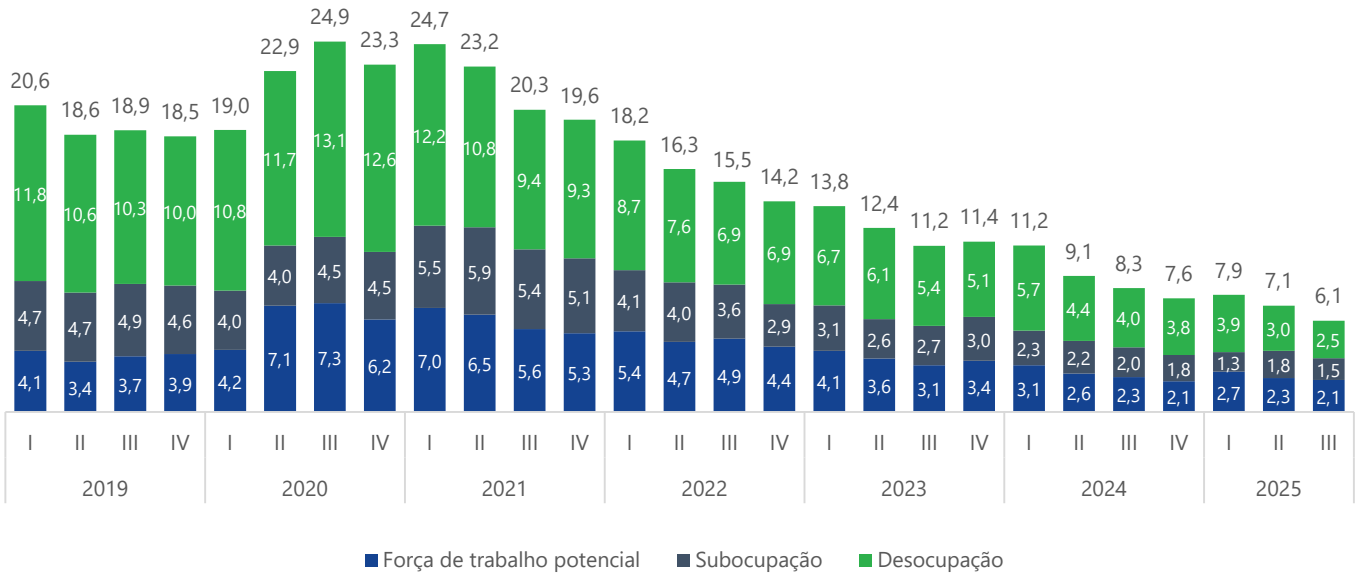
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório Findes.

Por outro lado, embora a taxa de desocupação siga em queda, o ritmo desse movimento vem diminuindo à medida que o indicador se aproxima de níveis historicamente baixos, nos quais novas reduções dependem de maior eficiência na realocação da força de trabalho. Em outras palavras, a queda que antes era mais intensa tornou-se mais moderada nos últimos trimestres, sugerindo não apenas um possível arrefecimento da atividade econômica, mas também que essa trajetória histórica de redução pode estar se aproximando de seu patamar mínimo sustentável.

Parte da literatura econômica tem chamado atenção para fatores estruturais que podem estar por trás dos níveis historicamente baixos da taxa de desocupação. Nesse sentido, estudo do FGV/Ibre[1] identifica o envelhecimento da população em idade ativa e o avanço da escolaridade como mudanças estruturais que vêm alterando a composição da força de trabalho no Brasil, influenciando, por consequência, a redução da taxa de desocupação. Os exercícios realizados nesse estudo indicam que, ao se controlar os efeitos associados à evolução dos fatores educacionais e demográficos, o mercado de trabalho brasileiro apresentaria um desempenho substancialmente mais modesto. Mais especificamente, a taxa de desemprego seria mais elevada, enquanto a taxa de participação e o nível de ocupação seriam menores do que observado no período pré-pandemia.

Já a medida mais ampla de desemprego, denominada taxa composta de subutilização da força de trabalho (que inclui desocupados, subocupados por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial), foi de 6,1% para o Espírito Santo no 3º trimestre de 2025. O índice caiu 1 p.p. em relação ao trimestre anterior e 2,2 p.p. em relação ao mesmo período de 2024, mantendo-se entre os menores do país, atrás apenas de Santa Catarina (4,4%) e Mato Grosso (6,0%), e bem abaixo da média nacional (13,9%). A sua redução refletiu uma queda simultânea nos três componentes da subutilização, indicando que, embora ainda haja trabalhadores fora do mercado ou com jornada reduzida, o aproveitamento do potencial de trabalho no estado segue melhorando ao longo do tempo, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Trajetória da taxa composta de subutilização da força de trabalho (%) - Espírito Santo



*Para melhor entendimento, sugere-se a leitura do Glossário ao final da nota.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

[1] Ver mais em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2025-10/10ce2025-carta-do-ibre-1_0.pdf

OCUPAÇÃO

No 3º trimestre de 2025, o nível de ocupação no Espírito Santo, incluindo ocupados e subocupados, atingiu 60,5% da população em idade de ativa (PIA) do estado (pessoas com 14 anos ou mais), permanecendo praticamente estável em relação ao trimestre anterior e frente ao mesmo período do ano anterior. Diante disso, o estado registrou cerca de 2,09 milhões de pessoas ocupadas, também mantendo estabilidade tanto na comparação anual quanto trimestral. Já o contingente de desocupados caiu de 87 mil, no mesmo período de 2024, para 54 mil pessoas, o que representa aproximadamente 33 mil pessoas desocupadas a menos no mercado de trabalho capixaba.

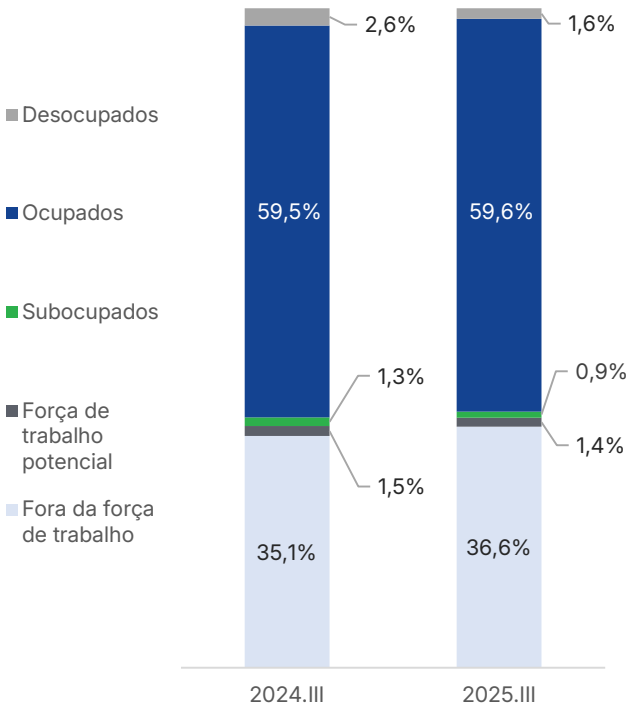
Sob uma análise mais ampla, observa-se que o percentual de ocupados e o tamanho da força de trabalho potencial não apresentaram variações significativas na comparação interanual. No entanto, os dados absolutos indicam uma leve redução no número de ocupados. Paralelamente, assim como no trimestre anterior, houve um aumento na proporção de pessoas fora da força de trabalho, que passou de 35,1% no 3º trimestre de 2024 para 36,6% no mesmo período de 2025, conforme ilustrado no Gráfico 6. Dessa forma, a redução na proporção da PIA desocupada no estado parece decorrer, principalmente, desse crescimento da população fora da força de trabalho, ou seja, pelo afastamento de indivíduos do mercado de trabalho.

De forma complementar, ressalta-se que a taxa de participação, que indica a parcela da população em idade ativa inserida na força de trabalho, manteve-se em 62,1% no 3º trimestre de 2025, estável em relação ao trimestre anterior e ao mesmo período de 2024. O valor está próximo da taxa nacional de 62,2%, mas ainda abaixo do nível pré-pandemia, indicando a dificuldade de retomar os patamares anteriores, mesmo com a recuperação do mercado de trabalho.

FORÇA DE TRABALHO

Em termos absolutos, os percentuais mencionados correspondem a cerca de 2,09 milhões de pessoas integradas à força de trabalho do Espírito Santo no 3º trimestre de 2025, número que se manteve praticamente estável em relação aos trimestres anteriores. Já a população capixaba fora da força de trabalho alcançou aproximadamente 1,28 milhão de pessoas, permanecendo acima do nível pré-pandemia (1,05 milhão no 4º trimestre de 2019) e registrando um aumento de 5% em relação ao mesmo período de 2024, o que representa mais 61 mil pessoas nessa condição. Esse avanço ocorreu apesar da estabilidade da força de trabalho potencial (que inclui os desalentados, pessoas que desistiram de buscar emprego), e refletiu principalmente a expansão da força de trabalho não potencial, composta por aposentados, estudantes em tempo integral e indivíduos com limitações permanentes.

Gráfico 6 – Distribuição da população em idade ativa (%) no 3º trimestre de 2024 e 2025 – Espírito Santo



Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório da Indústria/Sistema Findes.

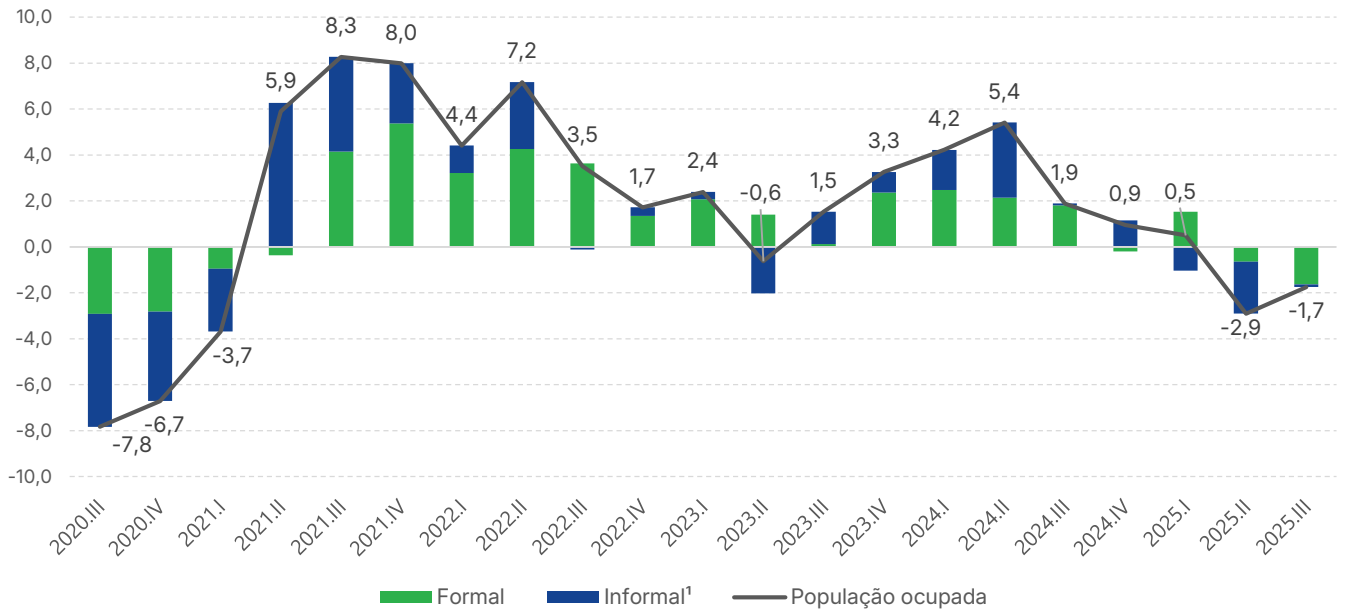
INFORMALIDADE

Desde o 3º trimestre de 2022, a taxa de informalidade, que representa a proporção de trabalhadores ocupados sem carteira assinada, sem CNPJ ou por conta própria sem registro, permanece abaixo dos níveis pré-pandemia no Espírito Santo, quando superava 40%. No 3º trimestre de 2025, o índice atingiu 38,7%, mantendo-se praticamente estável em relação ao trimestre anterior e ao mesmo período de 2024, além de permanecer próxima a média nacional (37,8%), e acima da média da região Sudeste (33,1%).

Ressalta-se que a taxa de informalidade no Espírito Santo corresponde, em termos absolutos, a cerca de 789 mil trabalhadores ocupados no 3º trimestre de 2025. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, esse número representa um acréscimo de apenas 10 mil pessoas, enquanto na comparação interanual há um aumento de 16 mil trabalhadores nessa condição. De modo geral, a composição entre ocupações formais e informais no estado tem se mantido relativamente estável nos períodos mais recentes, sem alterações significativas na distribuição entre trabalhadores formais e informais.

Ao analisarmos a decomposição da variação interanual da população ocupada por situação da ocupação, ferramenta que permite compreender como diferentes tipos de ocupações contribuem para o aumento ou a redução do número total de trabalhadores ao longo de um ano, observamos que, entre o 3º trimestre de 2024 e o 3º trimestre de 2025, a queda na população ocupada foi puxada principalmente pelas ocupações formais, enquanto as ocupações informais tiveram participação limitada nessa variação, conforme demonstrado no Gráfico 4. Quando a queda da ocupação se concentra nos empregos formais, isso indica que a redução do total de trabalhadores decorre principalmente da perda de vagas mais protegidas, com carteira assinada ou registro formal. Esse cenário pode refletir retração de empresas, demissões ou fechamento de negócios, possivelmente resultante do arrefecimento do mercado de trabalho formal no período.

Gráfico 4 – Decomposição da variação interanual da população ocupada por situação da ocupação* (%) – Espírito Santo



* Consideram-se trabalhadores informais: trabalhador do setor privado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria (sem CNPJ) e trabalhador familiar auxiliar.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE. | Elaboração: Observatório da Indústria/Findes.

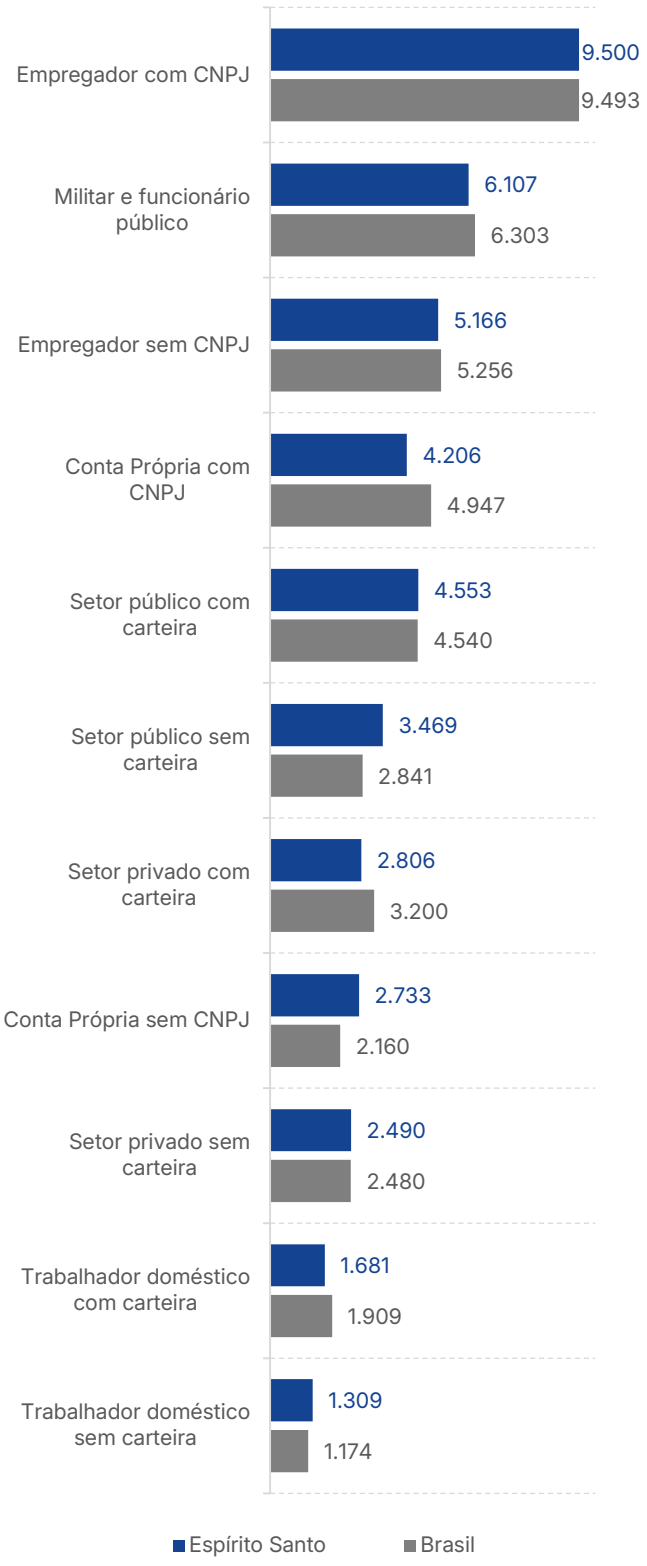
RENDIMENTO

No Espírito Santo, o rendimento médio habitual de todos os trabalhos foi de R$ 3.424 no 3º trimestre de 2025, registrando queda de 2% em relação ao 2º trimestre e de 0,8% na comparação com o mesmo período de 2024. No mesmo período, a massa salarial do estado chegou a R$ 6,86 bilhões, recuando 2,1% frente ao trimestre anterior, mas registrando leve alta anual de 0,7%. Apesar dessas pequenas variações, ambos os indicadores permaneceram estáveis, de acordo com os intervalos estatísticos do IBGE, sem evidência de crescimento significativo da renda. Além disso, o rendimento médio habitual no estado ficou ligeiramente abaixo da média nacional (R$ 3.507) e da região Sudeste (R$ 3.897).

Por outro lado, segundo o IBGE, a renda habitual real e a massa salarial no Brasil apresentaram crescimento estatisticamente significativo no 3º trimestre de 2025 na comparação interanual, apesar de permaneceram estáveis em relação ao trimestre anterior. Nesse sentido, o rendimento médio real no Brasil foi de R$ 3.507, com alta de 4% frente ao mesmo período de 2024, e a massa salarial atingiu cerca de R$ 354,6 bilhões, registrando crescimento de 5,5% na mesma comparação.

Destaca-se que, no Espírito Santo, embora a remuneração média real tenha diminuído na maioria dos segmentos de ocupação em relação ao trimestre anterior, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ, mostrou evolução expressivo, com aumento de 9,7%. Além disso, outros segmentos informais também se sobressaíram na comparação interanual, como os empregados domésticos, cujos rendimentos médios cresceram 13%. No Brasil, observou-se um movimento semelhante, com a elevação da renda concentrada especialmente em determinados nos segmentos informais. Apesar desses avanços, de modo geral, o rendimento real médio dos trabalhadores em ocupações informais permanece abaixo daquele recebido pelos trabalhadores formais, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, conforme mostrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Rendimento real médio* por posição na ocupação e categoria de emprego (R$) no 3º trimestre de 2025 – Espírito Santo e Brasil



* Rendimento real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos.
Fonte: Estimativas obtidas por meio dos microdados da Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Observatório Findes.

GLOSSÁRIO

População em idade ativa: pessoas de 14 anos ou mais.

População ocupada: pessoas que trabalharam pelo menos uma hora ou que estavam temporariamente afastadas do trabalho na semana de referência da pesquisa.

População desocupada: pessoas que estavam sem trabalho e tomaram alguma providência para tentar consegui-lo no período de referência de 30 dias.

População na força de trabalho: pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência da pesquisa.

População desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias pelos motivos de não conseguirem trabalho adequado, ou não terem experiência profissional ou qualificação, ou não conseguirem trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos, ou por não haver trabalho na localidade.

População não desalentada: pessoas fora da força de trabalho na semana de referência, por não realizar busca efetiva por trabalho no período de 30 dias por não se encontrarem disponíveis para trabalhar.

População subocupada: pessoas ocupadas que trabalhavam menos de 40 horas e estavam disponíveis e gostariam de trabalhar mais horas que as habituais.

População na força de trabalho ampliada: pessoas ocupadas, desocupadas e na força de trabalho potencial (inclui desalentados e não desalentados).

Taxa de desocupação: é interpretada também como taxa de desemprego. É o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana.

Nível de ocupação: Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Taxa de participação na força de trabalho: Percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal: É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos: É o rendimento bruto real médio efetivamente recebido no mês de referência em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos: É a soma dos rendimentos brutos efetivamente recebidos no mês de referência por todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos que tinham na semana de referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Fonte: IBGE.

Observatório FINDES

@observatoriofindes

@observatoriofindes

Acesse ***observatoriofindes.com.br*** ou leia o QR Code ao lado para encontrar mais produtos e estudos.

Gerência responsável: Gerência de Inteligência de Dados e Pesquisa